

Xenofobia e isolamento

O fato de o senador Jarbas Passarinho, que terçou argumentos com o deputado-Delfim Netto na defesa do fim dos contratos de risco, chegar a afirmar que se decretou, "formal e definitivamente, a xenofobia no Brasil", é sinal indicativo de que a decisão adotada pela Assembléia Nacional Constituinte, nacionalizando a exploração do solo e subsolo, foi realmente grave. Disso ninguém pode duvidar! Deixou claro aos investidores estrangeiros, a quantos queiram converter em capital de risco os créditos que têm contra o Brasil, que é possível — aos gritos de "Viva a Pátria" e ao som do Hino Nacional mal entoado (conforme observou o senador Passarinho) — rever o ato que abriu, em 1808, os portos às nações amigas, e cerrar definitivamente as portas ao progresso e à internacionalização da economia brasileira.

Na França, na última eleição presidencial, os cidadãos sentiram um *frisson* de pânico, temendo o crescimento da direita xenófoba e nacionalista; no plenário da Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, cantou-se o Hino Nacional porque triunfou a esquerda xenófoba e nacionalista. Essa é a diferença que um pensador alemão estabeleceria entre *Kultur e Civilisation*, a diferença entre a modernidade e o atraso, diria pesaroso até mesmo o presidente José Sarney. Não se poderá culpar o chefe do Executivo por este golpe aplicado ao País; por mais que diverjamos da s. exa., somos obrigados a reconhecer que o resultado da votação de quinta-feira teria sido praticamente o mesmo — uns votos mais, uns votos menos — quer ele se tivesse empenhado, quer não, em favor da modernidade. Isso porque o irracional triunfou sobre qualquer consideração de ordem econômica, política ou demográfica.

No editorial econômico desta página, tentamos dar a nossos leitores uma idéia dos prejuízos que advirão para o País do ponto de vista dos investimentos que deixarão de ser feitos, considerada a economia em seu conjunto. Aqui, cabe significar, em primeiro lugar, que quase ninguém, na Assembléia Nacional Constituinte, nem pensou um instante sequer na circunstância de que, numa nação que cresce a 2,1% ao ano, são necessários 20 bilhões de dólares anuais de poupança para criar emprego aos que, todos os anos, batem à porta do mercado de trabalho — e que o capital estrangeiro, acusado de espoliador e explorador da poupança nacional, não querêr o risco de ser amanhã corrido do Brasil, mesmo que aplicado em ramos aparentemente inofensivos. Por acaso não há em nosso passado o registro de que os portugueses eram inimigos considerados do Brasil porque tinham o controle (evidente à época, por uma série de razões econômicas e históricas) do comércio de secos e molhados?

Há também o aspecto político. Inter-

namente, a confiança que as empresas estrangeiras vinham começando a depositar nos representantes dos grandes grupos nacionais — sempre desejosos, muitos deles, de guardar este imenso mercado de 50 milhões de consumidores reais e 142 milhões potenciais exclusivamente para si — acabou por ceder lugar à suspeita. Pela primeira vez, desde que o Partido Comunista e a *intelligentsia* cabocla inventaram a categoria social da "burguesia nacional e progressista", o capital estrangeiro se vê de fato como alienígena numa terra que necessita da poupança externa para alimentar os quase três milhões de brasileiros que, anualmente, sobrevivem e conseguem chegar ao mercado de trabalho. Esse fato é grave, muito grave, e talvez mais séria ainda seja a circunstância de os empresários brasileiros que engrossaram o coro — ou o *lobby* — do nacionalismo xenófobo de cunho retrógrado e militarista não se terem dado conta do alcance dessa ruptura praticamente insanável.

Externamente, a comunidade internacional de negócios — não apenas a financeira — deverá rever os cálculos de risco que havia feito para o Brasil, agravando-os. Isso da perspectiva econômica pura e simples. A ela se acrescentariam dois outros pontos extremamente danosos ao País. O primeiro é a evolução tecnológica. Tendo presente os riscos que pesam sobre o livre acesso às riquezas minerais da África do Sul — grande supridora da Europa e dos Estados Unidos — e as dificuldades opostas à aplicação de capitais na mineração brasileira, permitindo um ciclo de negócios que só se completava na medida em que o consumidor tivesse assegurado seu mercado produtor (e vice-versa, ninguém o negará), haverá tendência a estimular as pesquisas para substituir os minérios hoje produzidos no Brasil. A tecnologia, como bem observou o senador Roberto Campos, poderá dentro de poucos anos tornar extremamente onerosa a exploração mineral no Brasil. Então, o ciclo mineral — cujo fim não está longe — ter-se-á fechado antes mesmo de ter sido plenamente aberto. E acabaremos por não aproveitar as grandes oportunidades que *hoje* existem.

O segundo ponto danoso ao País na reação externa é o isolamento maior a que o Brasil será submetido na comunidade das nações. Esse fato não se fará sentir do dia para a noite. Será de modo lento que os governos das nações industrializadas — cujos interesses lhes compete defender com maior empenho do que aquele desenvolvido pelo governo brasileiro para garantir o contrato da Braspetro com o Iraque — farão sentir seu desagrado ante o fechamento de um espaço geográfico que reúne condições excepcionais para a acumulação do capital excedente no mundo industrializado. O fechamento não decorre apenas da nacionalização da lavra e exploração do solo e subsolo. Vem também da reserva de mercado generalizada que se

estabeleceu de fato ao ser votado o conceito de empresa brasileira de capital nacional. O isolamento, prepare-se o Itamaraty, começará a configurar-se sob pressões sutis, em áreas estratégicas. Então será tarde para cantar o Hino Nacional e assumir ares de patriota.

Na verdade, os militares nacionalistas que decretaram a xenofobia esqueceram de que não é apenas com a indústria bélica nacional que se cumprirá o programa FT-90 do Exército; que o AMX, o primeiro caça-subsônico que se está produzindo em consórcio com estrangeiros ainda tem de definir muito de seu equipamento de controle de fogo; que os submarinos que a Marinha de Guerra está construindo são feitos sob licença alemã e que só no ano 2001 é que se terá produzido o primeiro submersível nuclear com tecnologia nacional — que será lançado ao mar para enfrentar não se sabe que classe de submarino nuclear soviético ou norte-americano, que começou a ser desenvolvido a partir de modelos ainda não concluídos. Se estivessem preocupados com os aspectos estratégicos da política brasileira, os militares que formaram no *lobby* dos empresários, das empreiteiras e das mineradoras deveriam ter tido pelo menos tempo para registrar em seus arquivos a insinuação de que o Departamento de Defesa norte-americano poderá escolher a Argentina (dos sonhos integracionistas do presidente da República) para diminuir a importância da indústria bélica brasileira no Oriente Médio, mais exatamente na Líbia.

Estrategicamente, o *lobby* dos militares e dos capitães de indústria nacionais e progressistas deverá temer pelo isolamento a que o Brasil se condenou. Deveria temer, seria melhor dizer, pois essas questões a rigor lhes escapam. Todos cantam o Hino Nacional certos de que razão assiste a Carlos Rafael Rodríguez, vice-presidente de Cuba e teórico do PC cubano, quando diz, depois de visitar o chefe do governo, que "há uma identidade de pensamento latino-americano entre Brasil e Cuba". Depois do que a Assembléia Nacional Constituinte votou, estrategicamente esta é a realidade: o Brasil integrou-se na América Latina, cujo padrão de Cultura (diria um ensaísta português) é dado pelo que de menos desenvolvido e democrático existe no mundo latino-americano. O Brasil corre, de hoje em diante, o risco de ter a América Latina e a África (não a do Sul) como seus grandes parceiros nas jogadas econômicas e estratégicas mundiais. É pouco, muito pouco, para um país que um dia pretendeu ser respeitado na comunidade dos Estados do Norte culto por conhecer e honrar suas responsabilidades para com sua população — pelo menos para com ela.

Quanto ao decreto de xenofobia e nacionalismo, só cabe rezar, contritos, o *De Profundis!*

O minério é todo nosso

A jazida de Carajás, orgulho do presidente José Sarney, foi descoberta por uma empresa estrangeira. Agora, a nova Carta Magna reserva a empresas brasileiras de capital nacional a totalidade do nosso território. Uma nova conquista acaba de ser feita: o minério é nosso e, até possuímos outra Constituição, parte considerável de nossas riquezas minerais ficará bem guardada em nosso subsolo.

Os membros da Constituinte acabam de manifestar, mais uma vez, o desejo de construir um país forte e independente, em que os minérios permanecerão em berço esplêndido por longos anos. Com suas diversas províncias minerais, o Brasil certamente detém um dos maiores potenciais de minérios do mundo. Não basta, entretanto, possuí-los no subsolo, mas é preciso explorá-los e encontrar, para eles, mercado. Antontem, a Assembléia Nacional Constituinte decidiu sustar o processo de expansão da produção mineral, há bem poucos anos iniciado no País. Reagindo, deste modo, contra o passado colonial, sua resolução provavelmente nos tornará ainda mais dependentes do Exterior. Com efeito, os nacionalistas pátrios parecem ignorar que o Brasil, à despeito de suas imensas riquezas minerais, apresenta, no tocante aos produtos primários, saldo bastante negativo na balança co-

mercial. Em 1986, as exportações desses produtos correspondiam a 1,7 bilhão de dólares, mas, as importações, a 4,3 bilhões, com um déficit de 2,3 bilhões. Em relação a 1981, o progresso foi apreciável. Embora as exportações nesse ano tenham sido bastante elevadas (2,2 bilhões), vê-se claramente que não é fácil exportar, em meio a tantos concorrentes e numa época em que os produtos substitutivos ganham incremento. As importações de minérios haviam somado, porém, naquele ano, 11,2 bilhões de dólares, e o peso negativo na balança comercial chegou a nove bilhões. Sabe-se que o petróleo interfere sensivelmente nesse quadro (e esta seria já uma razão para franquear sua exploração ao capital estrangeiro), mas também se sabe que o interesse do capital forâneo, relativamente recente nesse setor, no período pós-guerra, concorreu para aliviar nossa condição de dependência.

Não obstante, pode-se perguntar por que a presença do capital estrangeiro na mineração causou inquietação tão grande em nossos constituintes. Todos sabem que é graças a esse capital que possuímos hoje Carajás e que estão sendo exploradas diversas jazidas de manganês, de nióbio, de bauxita, de ouro etc. Embora em minoria, ele participou da transformação de riquezas do subsolo em riquezas minerais.

Hoje, a participação das empresas estrangeiras nas áreas franqueadas à pesquisa corresponde a 25,7% e, no tocante à lavra, a 28,5%. Falar em dominação do capital estrangeiro é exagero. Quanto aos investimentos em pesquisa, arriscado e, eventualmente, a fundo perdido (mas não tanto para as empresas brasileiras que são financiadas em parte pelo governo), verifica-se que, dentre os 25 principais investidores, os oito investidores multinacionais participaram com 20,3% em 1985, com 25,9% em 1986 e com 28,1% em 1987. Como se vê, o capital estrangeiro vem aumentando seus gastos em pesquisas enquanto o capital nacional os reduz. Em 1987, a maior empresa estrangeira, a *Anglo American*, investiu em pesquisas 9,7 milhões de dólares, só tendo sido superada pela Vale do Rio Doce, que investiu 13,5 milhões. Outra grande empresa nacional, a Paranapanema, investiu 2,5 milhões (segundo dados fornecidos pela revista *Minérios*).

Doravante, porém, as empresas estrangeiras não mais poderão atuar nesse setor e terão de vender (sob a pressão da Carta Magna...) seu patrimônio, a menos que o governo as encampe. A encampação exigirá grande sangria de divisas, pois os investimentos dessas empresas podem estimar-se em mais de

800 milhões de dólares. Outrossim, não se deve esquecer que a exploração de muitas jazidas, a cargo de empresas estrangeiras, está ligada a indústrias (siderurgia, metalurgia, cimento, amianto, alumínio etc). Será que os mineradores que se dedicam também à atividade industrial de transformação concordarão em ficar na dependência de fornecedores "estrangeiros"?

Expulsas do setor como majoritárias, as empresas estrangeiras certamente não quererão permanecer como minoritárias (sem controle sobre as decisões) e deixarão muitas empresas nacionais sem a contribuição de seu capital e de sua tecnologia, tornando deste modo inviáveis numerosos projetos que se achavam na pauta até de grandes empresas estatais. Considere-se, além disso, que numerosas empresas estrangeiras que exploram minérios no Brasil são minas cativas, isto é, asseguram mercados externos que o País irá perder.

Finalmente, pode-se imaginar que o exemplo da mineração orientará todas as decisões das empresas estrangeiras no que diz respeito a investimentos no Brasil.

A Assembléia Nacional Constituinte acaba de cometer um crime contra a Nação e de condenar o País ao empobrecimento.